

As Paneleiras de Goiabeiras Velha e o “Outro” no processo de identificação dos sujeitos

Marcelo de Souza Marques
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto Federal do Espírito Santo*

1 Introdução

A produção de artefatos cerâmicos em Goiabeiras, região central de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, Brasil, é de longa data. Perota, Beling Neto e Doxsey (1997, p. 13-14) são os primeiros pesquisadores a sustentarem que a produção cerâmica da região provém de culturas ceramistas indígenas, cujas técnicas resultam do hibridismo de “tradições cerâmicas pré-históricas Tupi-guarani e Una, sobressaindo-se as usadas pela tradição Una”. A tese dos autores pode ser reforçada quando consideramos os escritos do naturalista Saint-Hilaire (1974, p. 55), o qual, em passagem pelo Espírito Santo, no ano de 1815, relatou a produção de “caldeira de terracota, de orla muito baixa e fundo muito raso [...] num lugar chamado Goiabeiras, próximo da capital do Espírito Santo”¹.

Os relatos históricos reafirmam a tese (“científica e popular²”) de que Goiabeiras é o primeiro núcleo produtor de panela de barro em território espírito-santense – além de primeiro, trata-se do único reconhecido como endêmico. No entanto, a partir de meados do século XX, Goiabeiras deixou de ser o único núcleo produtor no Espírito Santo. A partir dos anos 1940, o estado passou a receber fluxos migratórios de artesãos naturais dos estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco, dando origem a novos núcleos produtores.

Em contato com um mercado cultural local de panelas de barro, diretamente relacionado à culinária capixaba, especialmente à moqueca, os artesãos nordestinos não encontraram muitas alternativas do ponto de vista econômico: foram obrigados a concentrar boa parte da sua produção cerâmica, marcada por uma significativa diversidade de utensílios, à confecção de panelas de barro. Mas isso era apenas parte da questão com a qual os artesãos nordestinos se depararam no território capixaba: não se tratava de produzir “qualquer” panela de barro, mas das já conhecidas “panelas pretas”, tal qual se confeccionavam em Goiabeiras.

A grande questão era que as panelas de barro comumente produzidas por esses artesãos, especialmente pelos migrantes alagoanos e pernambucanos, não apresentavam a mesma coloração das panelas de barro produzida em Goiabeiras. Isso representava um grande problema, com impactos diretos na renda dos artesãos: os consumidores locais, habituados às panelas pretas, não aceitavam uma “panela crua”, em referência à ideia de “não estar assada”, pois não tinha a mesma coloração escurecida.

¹ Perota, Beling Neto e Doxsey (1997) vão além. Segundo os autores, sítios arqueológicos encontrados na região atestam a atividade cerâmica de grupos pré-históricos há cerca de 2.500 anos.

² Popularmente, faz-se presente o discurso de “400 anos de tradição” do saber-fazer panela de barro em Goiabeiras (Cf. Nicole *et al.* 2012; Marques, 2020a; Marques, Rodrigues e Fukuda, 2021).

Diante disso, os artesãos nordestinos passaram a testar diferentes técnicas durante a queima das peças cerâmicas de modo a garantir uma coloração mais escurecida. Entre outras tentativas, introduziram pó de serra ou folhas de aroeiras juntos à madeira, como algumas unidades de produção ainda fazem atualmente. No entanto, a alternativa que se demonstrou mais viável do ponto de vista econômico e logístico foi a utilização de toras de eucalipto no processo de queima, uma vez que esse tipo de madeira libera uma densa fumaça escurecida, que, ao circular no interior superior do forno, onde ficam alocadas as peças cerâmicas, funciona como uma espécie de pigmentação, deixando a argila escurecida, similar à coloração das panelas produzidas em Goiabeiras.

Resolvido o problema da “panela crua”, aos poucos, durante nos anos 1980 e 1990, os artesãos migrantes conseguiram se estabilizar e conquistar parte do mercado de panelas de barro³, dando origem a diferentes núcleos produtores no Espírito Santo. Esses núcleos, hoje, encontram-se localizados nos municípios de Cariacica, Guarapari, Viana, Vila Velha (todos da Região Metropolitana da Grande Vitória) e em São Mateus, ao norte do estado (Cf. Aguiar, 2007; Baptista, 2011; Iphan, 2010⁴). Entre esses novos núcleos, o de Guarapari foi o que conseguiu se destacar na concorrência pelo mercado cultural local da panela de barro e na divulgação do trabalho artesanal com Goiabeiras⁵. A partir dos anos 1980, Goiabeiras e Guarapari praticamente passaram a polarizar o mercado local e a centralizar o crescente processo de exportação de panelas de barro capixabas para outros estados e países.

A utilização de diferentes técnicas, como o uso do forno e torno por parte dos Artesãos de Guarapari, bem como a disputa econômica e cultural (o tradicional e o não-tradicional, o legítimo e o não-legítimo etc.) são elementos centrais na discussão que apresentarei ao longo deste artigo. Como já destacou Dias (2006), e buscarei avançar nessa discussão, as diferentes técnicas produtivas passaram a ser discursivamente mobilizadas pelas Paneleiras de Goiabeiras na distinção com relação aos Artesãos de Guarapari. Esse “Outro”, discursivamente evocado como o “não-tradicional”, o “não-legítimo”, também deve ser considerado para uma adequada compreensão do *processo de identificação* dos sujeitos que produzem panela de barro em Goiabeiras como Paneleiras de Goiabeiras-Velha. Ou seja, além da inscrição do *saber* no território da tradição, isto é, Goiabeiras-Velha (Cf. Dias, 2006; Marques, 2020a), os sujeitos passaram a evocar a distinção do *fazer* na construção da ideia de “tradição”, demarcando uma *posição diferencial* em relação ao “Outro” na construção de sua unidade interna. Este é o objetivo do artigo, isto é, compreender o *processo de identificação* dos sujeitos como Paneleiras de Goiabeiras-Velha. A hipótese sustenta que esse processo discursivo, além de envolver a construção discursiva de Goiabeiras-Velha como o

³ Os Artesãos de Guarapari, por exemplo, são grandes exportadores de panelas para outros estados e, inclusive, para outros países. Alguns possuem uma interessante estrutura de escoamento, como caminhões próprios ou contratos com pequenas empresas terceirizadas.

⁴ Os núcleos de Cariacica, Viana e Vila Velha foram constituídos por artesãos do estado de Alagoas. O núcleo de Guarapari, por artesãos pernambucanos. Já o núcleo de São Mateus foi estruturado por Dona Antônia Paneleira, artesã baiana.

⁵ Os sentidos desta “concorrência” devem ser compreendidos para além da dimensão econômica. Como destacam Marques e Caloti (2013), a percepção da dinâmica da cultura do barro deve considerar as conexões entre as dimensões políticas e econômicas presentes nesse complexo contexto. Nesse sentido, a relação entre as Paneleiras de Goiabeiras-Velha e os Artesãos de Guarapari não se limita a uma visão mercadológica-economicista, a qual tende a produzir uma leitura simplista e ingênua dessa relação como “concorrência econômica”. Há complexas relações políticas em torno da construção do discurso de tradição cultural que não podem ser desconsideradas ou colocadas em segundo plano: há, sobretudo por parte do núcleo de Goiabeiras, um tensionamento no sentido de sedimentar a tradição ceramista de Goiabeiras como o elemento legítimo que envolve o mercado cultural de confecção das panelas de barro capixaba.

território da tradição, abarca a demarcação de uma *posição diferencial* em relação aos Artesãos de Guarapari.

Para levar a cabo o presente estudo, que é parte de uma pesquisa mais ampla⁶, além da revisão crítica de literatura, recorremos a uma metodologia qualitativa através da mobilização de técnicas de observação direta, análise documental e da realização de entrevistas em profundidade feitas com as Paneleiras e com gestores públicos entre os anos de 2016 e 2017. Especificamente neste artigo, mobilizamos onze entrevistas com Paneleiras do Galpão e Paneleiras de Quintais e uma entrevista com o gestor local.

Além desta introdução, o artigo apresenta mais três seções. Na primeira, discutirei os conceitos de invenção da tradição (Hobsbawm, 2008; Sahlins, 1997) e de exterior constitutivo, a partir das contribuições de Staten (1984), Hall (2000) e Laclau (2000), uma vez que estas discussões estão diretamente relacionadas ao *processo de identificação* dos sujeitos. Na segunda seção, analisarei centralmente a questão do “Outro” no *processo de identificação* dos sujeitos como Paneleiras de Goiabeiras-Velha. Por fim, teço algumas considerações, as quais, levando em conta o processo de identificação dos sujeitos, destacam o “lugar” ocupado das Paneleiras de Goiabeiras-Velha na cultura local.

2 Invenção da tradição no processo de identificação dos sujeitos

Toda tradição é uma invenção do ponto de vista discursivo. Por mais exitosa que seja no sentido de conseguir se apresentar como uma “fundamentação organizadora”, isto é, um “mito fundador” do grupo social, a invenção da tradição não representa um simples retorno às “origens dos sentidos” do grupo, como se fosse um “ponto zero” a partir do qual a cultura foi construída pelos sujeitos. A invenção da tradição é sempre uma construção coletiva no momento presente, mais ou menos bem sucedida⁷, que mantém correspondência direta com um passado (re)significado e nunca um retorno ao “ponto inicial de significação”.

Essa impossibilidade de um retorno à “origem dos sentidos”, a uma suposta “fonte de verdade”, também é o que indica Hall (2000). Segundo o autor, embora os sujeitos, em seus processos de construção identitária, apontem para uma origem sobre a qual se assentaria em um passado histórico, esse processo não significa um retorno ao “início da memória”, ao “ponto zero” da tradição. Na verdade, trata-se de uma:

[...] questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos [...] têm tanto a ver com a invenção da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante reiteração, mas como “o mesmo que se

⁶ Minhas atividades de pesquisa junto às Paneleiras tiveram início ainda no curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo. Desde então tenho desenvolvido discussões sobre a “cultura do barro” (Cf. Nicole *et al.* 2012; Marques e Caloti, 2013; Marques, 2017, 2020a; Marques, Rodrigues e Fukuda, 2021). O presente artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida entre os anos de 2015 e 2017 junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Nessa pesquisa, além das visitas a campo em Goiabeiras Velha e da realização de entrevistas com as Paneleiras e gestores, também visitamos as unidades de produção de panela de barro de Guarapari e realizamos entrevistas com cinco artesãos.

⁷ Mais ou menos bem sucedida porque, como destacarei na sequência, a memória é uma construção social em disputa.

transforma” (Gilroy, 1994): não o assim chamado “retorno às raízes”, mas uma negociação com nossas “rotas” (Hall, 2000, p. 108-109).

Essa relação entre o passado e o presente no processo de invenção da tradição pode ficar mais clara se refletida a partir de um perspicaz argumento de Sahlins (1997, p. 136) acerca da (re)significação cultural. Como destaca o autor, “a defesa da tradição implica alguma consciência; a consciência da tradição implica alguma invenção; a invenção da tradição implica alguma tradição”. Gostaria de desmembrar a afirmação para apresentar algumas reflexões.

Essa “consciência” na defesa da tradição destacada por Sahlins pode, à primeira vista, ser entendida como indício de sentidos “pré-inventados”, como se fossem significados dados pela força do tempo sem que tenham sido discursivamente construídos e sedimentados em algum momento histórico mais ou menos específico. Ao desconsiderar os processos de (re)significação ao longo do tempo, esses sentidos supostamente “pré-inventados” tendem a ser percebidos como algo que “sempre foi assim”, como se desde sempre estivessem no inconsciente coletivo das experiências significativas do grupo. Contudo, desde o ponto de vista da análise discursiva, sobressai o argumento de inexistência de qualquer tradição que não tenha sido, em algum momento, discursivamente inventada. Quando esse esforço é bem sucedido, isto é, quando a tradição é percebida como algo que “sempre foi assim”, significa que certos sentidos foram socialmente *sedimentados*⁸.

Diante deste argumento, não faz muita diferença se as tradições são “invenções oficiais” (asseguradas por ações políticas formalmente organizadas) ou “invenções não-oficiais” (sociais). Os artigos que compõem a obra organizada por Hobsbawm e Ranger (2008) não deixam dúvidas de que tradições são sempre inventadas; umas mais recentes em relação à história, portanto talvez não propriamente sedimentadas, e outras cuja *sedimentação* consegue ocultar seu “momento de invenção”, isto é, discursos que obtiveram êxito em se apresentar como elemento organizador autorreferente (o “sempre foi assim”, “esta é a nossa tradição” etc.). As tradições, portanto, não surgem espontaneamente do mundo da vida; trata-se de um fenômeno que emerge a partir das próprias relações construídas pelos sujeitos.

A consciência da tradição já indica certa naturalização discursiva. Essa naturalização, na verdade, é um efeito ideológico do discurso, uma “vontade de sedimentação”, isto é, a vontade de se apresentar exatamente como se “sempre fosse assim”, como uma verdade última autojustificada. Essa “vontade de sedimentação”, própria de todo discurso (Laclau e Mouffe, 2015; Laclau, 2000),

⁸ A noção de *sedimentação*, na teoria de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), é mobilizada a partir de Husserl para compreender os processos de hegemonização do social por um discurso. Quando um discurso consegue se hegemonizar, diz-se que conseguiu sedimentar certos sentidos no social. Por exemplo, existem certos significantes cujos sentidos foram sedimentados em nossa sociedade, como a ideia de família, entendida normativamente como sendo a união estável entre um homem e uma mulher. Essa compreensão de família foi tão bem sedimentada ao ponto de que, para alguns grupos sociais, é tida como “natural” que a família seja composta por um homem e uma mulher. Contudo, não há nada de natural na ideia de família: trata-se de uma construção social e, inclusive, encontra diferentes padrões de formação na história da humanidade. Quando os sujeitos começam a “questionar” esse conceito sedimentado de família, buscando ampliá-lo de modo que envolva grupos excluídos, por exemplo, gays que querem constituir uma família e ser reconhecidos pelo Estado e pela sociedade como tal e gozar os mesmos direitos e proteção legais, ocorre o processo que Laclau e Mouffe denominam de “reativação”. A reativação, portanto, é uma ação que visa desconstruir a ideia de “naturalidade” de certos significantes socialmente construídos e politicamente estabelecidos (sedimentados). Essas noções foram mais bem desenvolvidas por mim em outro trabalho a partir de Husserl e Laclau e Mouffe (Marques, 2020b).

busca ocultar seu caráter de “invenção” e, como destaca Hobsbawm (2008), será mais bem-sucedida quanto mais legitimada e institucionalizada for. Isso implica dizer que terá maiores chances de lograr êxito ao ocupar as estruturas institucionais. Por outro lado, ao legitimar e institucionalizar certas demandas discursivas, a esfera institucional, ao mesmo tempo, se legitima enquanto legitimadora.

Voltando novamente ao argumento de Sahlins (1997, p. 136), a segunda oração diz que “a consciência da tradição implica alguma invenção”. Quando o autor argumenta que a consciência, de alguma forma, implica o conhecimento da invenção, compreendo que o autor está a dizer que, em algum nível, os sujeitos têm consciência do mundo que os rodeia, sabem da existência de outros sistemas culturais além do seu, não são, portanto, sujeitos completamente alienados.

No processo de invenção da tradição, os sujeitos elaboram um *sistema de diferença* que ajuda a significar a unidade interna de sentido (“a nossa cultura”, “a nossa história”, a “nossa tradição”). Sendo uma unidade diferencial, o “nós”, de alguma forma, sempre fará referência a elementos *exteriores* que se fazem presentes na sua própria constituição: a identificação do “Outro”. Trata-se dos *exteriores constitutivos* necessários ao processo de identificação dos sujeitos (Staten, 1984).

Os exteriores constitutivos são importantes para nos ajudar a compreender que os *processos de identificação* de subjetividades não representam *identidades determinadas*. Nessa leitura, não há uma essência identitária que escape às relações, bem como não há nada que as determine aprioristicamente: todos os processos de identificação estão sempre já “contaminados” por um “algo além de si”, por uma relação de externalidade que ao mesmo tempo a constitui internamente. O que está para “além de si”, vale destacar, não é um mero acidente, ele é necessário, embora não-essencial (Staten, 1984). A noção de exterior constitutivo, em suma, é: “a desconstrução alternativa ao conceito filosófico fundamental de forma e essência – isto é, de unidade e auto-identidade como os mais gerais e invioláveis limites (seja estritamente transcategorico ou não) do ser do conhecimento” (Staten, 1984, p. 23).

O que essa desconstrução indica – e este é o ponto central da noção – é que os *processos de identificação* ocorrem a partir da construção de *posições diferenciais*. Ou seja, não ocorrem fora, mas por meio da diferença. Como destaca Hall (2000, p. 110), é por meio da relação com o “Outro”, “da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*, que o significado ‘positivo’ de qualquer termo – e, assim, sua ‘identidade’ – pode ser construído”. Não há identidades sem exteriores constitutivos.

Em termos políticos, como destacam Laclau (2000) e Mouffe (2011 e 2012), significa que todo *processo de identificação* é relacional e essa relação é perpassada por atos de poder na demarcação de um “nós” e de um “eles”. Porém, vale destacar que, para Laclau (2000 e 2014), esse processo será sempre marcado por uma *exclusão radical*, isto é, por *relações antagônicas*, o momento em que uma identidade é radicalmente negada enquanto uma totalidade objetiva.

Contrariamente a essa *exclusão radical* laclauiana, partilho com Butler (2002) a ideia de um exterior constitutivo *não absoluto*. Isso não significa uma negação das relações antagônicas entendidas com o sentido forte que essa ideia assume em Laclau. A questão é que nem toda relação diferencial de um *processo de identificação*, ainda que marcada por uma lógica conflitiva, será necessariamente antagônica. Nessa segunda possibilidade, o *exterior constitutivo* não é percebido de forma absoluta, não é um exato oposto que necessariamente deva ser eliminado diante do desejo do gozo da plena realização do “nós”. É o que aponta Judith Butler:

Paradoxalmente, a indagação destes tipos de supressões e exclusões, mediante as quais opera a construção do sujeito, já não é construtivismo nem tampouco essencialismo. Porque há um âmbito “exterior” que constrói o discurso, mas não se trata de um “exterior” absoluto, uma “externalidade” ontológica que exceda ou se oponha às fronteiras do discurso; como “exterior” constitutivo, é aquele que só pode conceber-se – quando pode conceber-se – em relação com esse discurso, em suas margens e formando seus limites sutis (Butler, 2002, p. 26-27).

Isso também é o que parece indicar Stuart Hall quando afirma que:

[...] as identidades podem funcionar, ao longo de toda sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade de excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em ‘exterior’, em abjeto. [...] A unidade, a homogeneidade interna, que o termo ‘identidade’ assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um *outro silenciado e inarticulado* (Hall, 2000, p. 110, grifos meus).

Esse “Outro” “silenciado e inarticulado” pode não ser um antagonico nos termos laclauianos, mas um ponto de identificação externo necessário à constituição do “nós”. Ou seja, um exterior constitutivo não absoluto que é evocado no processo de demarcação de diferenças, sem uma necessária relação mútua entre os campos discursivos e, portanto, consciente da negação recíproca.

Mesmo não sendo uma relação antagonica, o *processo de identificação* necessariamente evidencia a demarcação de fronteiras entre um “nós” e um “eles” – esse é o caso de nosso objeto em análise na relação entre as Paneleiras de Goiabeiras-Velha com os Artesãos de Guarapari. Nessa relação, como destacarei na sequência, não há um “antagonismo forte”, pois a presença dos Artesãos de Guarapari não coloca em risco a identidade das Paneleiras. Os Artesãos de Guarapari não se encontram articulados disputando sentidos com as Paneleiras; não há reivindicações de legitimidade e tradicionalidade contra o discurso das Paneleiras. Estes sujeitos emergem como *exterior constitutivo* no *processo de identificação* das artesãs (dimensão laboral) como Paneleiras de Goiabeiras-Velha (dimensão identitária que envolve e excede a laboral).

A evocação desses elementos evidencia uma *posição diferencial* que, necessariamente, depende de uma correspondência externa: sou Panelreira de Goiabeiras-Velha, porque não sou Artesão de Guarapari; sou Panelreira de Goiabeiras-Velha, porque minha tradição cultural, meu *saber-fazer* panela de barro, é diferente de outras tradições ceramistas, dentre outros sentidos mobilizados pelas Paneleiras. Não é possível compreender adequadamente a identidade de Paneleiras de Goiabeiras-Velha sem considerar suas relações, bem como as demarcações diferenciais que os sujeitos têm criado em relação a um “Outro”, os Artesãos de Guarapari.

Retomando pela última vez o argumento de Sahlins para avançar na análise das Paneleiras, a terceira parte do argumento do autor diz que “a invenção da tradição implica alguma tradição”. De forma objetiva, isso significa que da mesma forma que uma tradição não surge espontaneamente do mundo da vida, mas sim a partir da construção de relações entre os sujeitos, entre diferentes sistemas culturais, o processo de invenção da tradição não significa, necessariamente, uma ruptura

final com o estado de coisa anterior. Ao contrário, “é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (Hobsbawm, 2008, p. 13). Afinal, a invenção da tradição é:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado [...]. O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo (Hobsbawm, 2008, p. 09-10).

No caso das Paneleiras de Goiabeiras-Velha, o processo de invenção da tradição, iniciado nos anos 1980, esteve diretamente relacionado ao contexto de antagonismo com o Governo do Estado, na figura da Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), que almejava a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na área de extração de argila. O projeto de ETE não representava um risco apenas no que se refere à garantia do acesso ao local pelas Paneleiras ou à qualidade da argila (possibilidade de contaminação) – estes foram os riscos imediatamente percebidos pelos sujeitos. Havia outro risco: a própria identidade dos sujeitos passou a entrar em risco, uma vez que há uma relação especial dos sujeitos com o barro, como denominam o local de extração da argila, e com o barro em si, cujas técnicas de produção estão diretamente relacionadas às propriedades naturais da argila (Cf. Perota, Beling Neto e Doxsey, 1997; Dias, 2006; Simão, 2008; Nicole *et al.*, 2012). As intenções do Governo do Estado eram um risco à própria existência das artesãs enquanto um grupo identitário. Essa relação antagonica só foi interrompida no início dos anos 2000, após um acordo entre as partes que viabilizou a construção da ETE sobre outros moldes até então almejados pelo Estado.

Foi também no contexto dos anos 1980 que se identificou outra relação conflitiva: a relação entre as Paneleiras de Goiabeiras e os Artesãos de Guarapari. Devido ao objetivo do artigo, que consiste em compreender o *processo de identificação* das artesãs como Paneleiras de Goiabeiras-Velha, considerando centralmente a demarcação de uma *posição diferencial* em relação aos Artesãos de Guarapari, focarei de forma especial nessa segunda relação conflitiva⁹. Este será o tema central na sequência do artigo.

3 Relações conflitivas e a reivindicação da tradição no processo de identificação dos sujeitos

Os sujeitos envolvidos na produção de painéis de barro, em Goiabeiras, nem sempre se constituíram como um grupo identitário. Como destacam Dias (2006) e Simão (2008), antes da década de 1980 os sujeitos se viam, antes de tudo, como “artesãs”, isto é, como pessoas, em sua grande maioria mulheres, que entre outras atividades econômicas, como a cata de mariscos e a

⁹ Explorei o conflito das Paneleiras de Goiabeiras e o Estado-CESAN em outra oportunidade, ao discutir a construção discursiva do “território da tradição” das Paneleiras, isto é, Goiabeiras-Velha (Marques, 2020a). A análise desse conflito também pode ser conferida em Perota, Beling Neto e Doxsey (1997), Dias (2006), Simão (2008) e Marques, Rodrigues e Fukuda (2021).

pesca, produziam panela de barro como fonte de renda. Ou seja, não havia uma identificação político-cultural dos sujeitos como um grupo social.

Isso começou a mudar no contexto dos anos 1980, destacadamente a partir do antagonismo com o Governo do Estado-CESAN em torno do projeto de construção da ETE (Cf. Dias, 2006; Simão, 2008, Marques e Caloti, 2013; Marques, 2020a; Marques, Rodrigues e Fukuda, 2021). O momento detonador do conflito ocorreu em 1988, quando o Governo do Estado decretou como utilidade pública e desapropriou a área do barreiro para a construção do empreendimento (Governo, 1988).

Essa relação conflitiva foi determinante para que os sujeitos passassem a atribuir certos sentidos ao barreiro, fazendo alusão à tradição do ofício no local. Nesse processo, o barreiro passou a ser identificado como parte do “território da tradição” (Cf. Marques, 2020a), bem como foi correlacionado ao direito ancestral de utilização e exploração da jazida:

O Barreiro foi reivindicado como fonte “inesgotável” da matéria-prima que fundamenta o processo produtivo do grupo, de modo que sua preservação significava a continuidade da estrutura que as mulheres criaram para si. O Barreiro, como o lugar da matéria dessa tradição, é parte do território, assim como Goiabeiras. O Barreiro representava o local onde as mulheres buscavam a legitimação “ancestral” do seu fazer [...] já que extraem barro dali desde que começaram a fazer panelas. Lutavam pelo que acreditavam ser seu por direito, mas também pelo reconhecimento (Dias, 2006, p. 94).

Nessa luta, aos 25 de março de 1987, os sujeitos, apoiados pela municipalidade de Vitória e por agentes políticos, como a ex-vereadora Etta de Assis, criaram a Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG). A APG, como destaca Dias (2006), teve um importante papel na organização política dos sujeitos em torno do seu próprio saber-fazer, também contribuindo para reforçar os laços dos sujeitos em torno da sua própria história e tradição.

O antagonismo com o Governo-CESAN só fora superado no início dos anos 2000. Após estudos realizados pelo Estado, reuniões públicas com as Paneleiras, discussões sobre medidas compensatórias para a APG e, inclusive, a formação de uma “comitiva”, composta por gestores estatais e as Paneleiras para visitar projetos similares de ETE implementados em outros estados, a APG e o Governo do Estado ratificaram um acordo, permitindo a construção da ETE na região do barreiro (Cf. Simão, 2008; Abreu, 2005; Marques 2017; Marques, Rodrigues e Fukuda, 2021). Mas esse não foi o único tipo de relação conflitiva que marcou o *processo de identificação* dos sujeitos como Paneleiras de Goiabeiras-Velha. Há que destacar a relação entre as Paneleiras e os Artesãos de Guarapari.

3.1 A tradição e a presença do “Outro”

A partir da década de 1940, o Espírito Santo passou a ser um local de (des)encontros de tradições ceramistas em decorrência dos fluxos migratórios de artesãos nordestinos. Dentre os grupos de artesãos migrantes, os pernambucanos foram os que conseguiram maior destaque, seja em termos quantitativos de sujeitos e de instalações de unidades produtivas, seja devido ao mercado conquistado.

Como destacam as Paneleiras, antes dos artesãos de Pernambuco criarem o núcleo produtor de Guarapari¹⁰, estes tiveram contato direto com o universo da cultura do barro em Goiabeiras durante os anos 1980. Alguns desses artesãos chegaram a empregar as técnicas de produção com o torno e o forno em uma pequena fábrica residencial construída em Goiabeiras. Ainda segundo as artesãs, nesse contato inicial, anterior à construção da APG, que ocorreu em 1987, não houve conflitos e, inclusive, algumas Paneleiras, por falta de espaço para produzirem em seus quintais, trabalharam nesse pequeno galpão com os artesãos pernambucanos. Foi a partir desse primeiro contato que os artesãos nordestinos passaram a produzir suas panelas com a mesma coloração, embora empregando técnicas distintas àquelas por elas utilizadas, especialmente pelo uso do torno e do forno.

Figura 1 - Artesão de Guarapari



Fonte: acervo do autor. À esquerda, artesão de Guarapari, realizando a etapa de modelagem. Destaque para o uso do torno elétrico-mecânico. À direita, artesão preparando as peças no forno para queima.

¹⁰ Guarapari apresenta várias pequenas “fábricas” de panela de barro, sobretudo ao longo da Rodovia do Sol, a qual liga os municípios de Guarapari e Vila Velha. O termo “núcleo produtor de Guarapari” é mobilizado para se referir ao conjunto de instalações no local.

Figura 2 - Paneleira de Goiabeiras-Velha



Fonte: acervo do autor. À esquerda, Paneleira de Goiabeiras-Velha (Paneleira de Quintal) realizando a etapa de modelagem. Destaque para a ausência do torno. Ao centro e à direita, Paneleira realizando a etapa de queima e açoitamento das peças cerâmicas, procedimento que garante a coloração escurecida às peças.

Como destacam as Panelleiras, a causa central do início do conflito foi o avanço da produção e a concorrência injusta, segundo elas, com a qual passaram a lidar. Afinal, a modelagem da cerâmica com auxílio do torno e a queima realizada em fornos aumenta consideravelmente a capacidade produtiva em relação ao modo como produzem as Panelleiras. Com maior volume de peças produzidas, com menor esforço e em menor tempo empregado na atividade, os artesãos pernambucanos conseguiram garantir um preço inferior a seus produtos e, com isso, passaram a ganhar espaço no mercado local¹¹. Esse ganho de mercado, observado entre os anos 1980 e 1990, segundo as Panelleiras, ocorreu porque os consumidores ainda não sabiam identificar as diferenças entre os dois produtos. Esse momento é bem ilustrado na narrativa de Dona E. C. M:

Quando aquelas panelas entraram no mercado foi uma guerra aqui pra nós vendermos uma panela, tá? Foi uma guerra! Porque o pessoal via aquelas panelas bonitinhas e chegava aqui e via a nossa toda rústica, aí queria saber... às vezes passava lá [em Guarapari] e comprava, já vinha pra cá só para conhecer outra cultura, né? Foi difícil, muito difícil! [...]. A concorrência foi forte mesmo! Pra gente vender uma panela, a gente tinha que gastar saliva, muita saliva, falar a diferença da panela nossa com a deles, deixar o cliente levar a de lá primeiro, pra fazer uma experiência, para no outro ano ele vir e falar tudo aquilo que a gente já

¹¹ Como pude observar em campo, uma “fornada”, que tem duração de 24 horas, pode processar entre 150 e 500 peças cerâmicas (panelas e tampas) de uma vez, a depender do tamanho do forno. Muitas unidades de produção, em Guarapari, contam com, pelo menos, dois ou três fornos. Já na fogueira, como fazem as Panelleiras de Goiabeiras, o número de peças pode variar, mas raramente é superior a 80 peças. Para montar uma fogueira para essa quantidade de peças, as Panelleiras levam até 40 minutos. O processo de queima, que exige das Panelleiras uma aproximação direta com o fogo e com as peças quentes, imediatamente retiradas da fogueira, quando realizado por duas ou três pessoas, comumente leva 3 horas. Em campo, pude perceber que algumas panelleiras processam até três fogueiras em um único dia, mas o mais comum é uma ou duas fogueiras por dia.

tinha falado [...] a autêntica é a nossa! Que logo foi tombada¹², nós recebemos o selo né? [selo de autenticidade confeccionado pela Prefeitura] (E. C. M., Paneleira, 50 anos. Entrevista cedida no dia 22 de fevereiro de 2016).

Diante desse cenário, a primeira medida adotada pelas Paneleiras – já contando com a atuação da APG e recebendo assessoria de órgãos públicos, como a municipalidade de Vitória e o IPHAN – foi proibir, em assembleia da APG, o acesso dos artesãos pernambucanos ao barreiro. A partir daquele momento somente pessoas autorizadas pela Associação poderiam extrair a argila.

O argumento, naquele contexto, girou em torno do fato de que os artesãos pernambucanos, que já em finais dos anos 1980 contavam com várias unidades produtivas localizadas às margens da Rodovia do Sol, na cidade de Guarapari – por isso passaram a ser conhecidos como Artesãos de Guarapari¹³ –, estavam extraindo grandes quantidades de barro. Como destaca Dona B. C. N., a proposta de exclusão dos Artesãos de Guarapari foi apresentada e aprovada em assembleia:

Nós dissemos: “vamos cadastrar vocês [na Associação das Paneleiras de Goiabeiras, tal qual foi feito com as artesãs de Cariacica e Viana, e assim garantir o acesso ao barro a eles], mas vocês vão ter que vender a panela de vocês no preço que nós vendemos”. Só que descobrimos que eles não estavam fazendo isso [...] aí fizemos uma reunião [...] chamamos todas as Paneleiras, chamamos todos de Guarapari, pra participar da reunião. Eles já sabiam que era isso, já tinha avisado a eles. Chamamos de Campo Grande também, pessoal de lá de Viana tudo, que faz panela e vieram tudo pra reunião. Aí, quando que chegou a hora [...] fizemos [a] assembleia; as Paneleiras de casa [Paneleiras de Quintais] falaram, eles [Artesãos de Guarapari] fizeram os argumentos deles... mas naquela data ali, que foi falado: “a partir de hoje vocês não têm direito mais de tirar o barro”. Eles ainda tentaram querer “comprar pessoas”, assim, por fora; comprar barro por fora, pagar gente por fora, mas ser desonesto é a pior coisa que existe no mundo, que tudo é descoberto né, nada fica encoberto, aí nós retiramos eles do barro, eles não tiram barro lá mais, há muitos anos que não tiram (B. C. N., Paneleira, 58 anos. Entrevista cedida no dia 29 de fevereiro de 2016).

Além da questão da extração do barro, as Paneleiras também passaram a enfatizar as diferenças no *modo de fazer* a panela de barro. A utilização do torno e do forno, comum nos núcleos produtores de Guarapari, Viana e Vila Velha, passou a ser criticada pelas Paneleiras por diferir da forma como tradicionalmente se faz panela em Goiabeiras. Assim como os lugares de memória na construção discursiva de Goiabeiras-Velha, como o barreiro e o manguezal (Cf. Dias, 2006; Marques, 2020a), as técnicas produtivas, bem como o *saber* que envolve o uso das técnicas,

¹² A Paneleira quis se referir ao “registro”, que é o termo para se referir ao processo de patrimonialização imaterial realizado pelo IPHAN. O tombamento se refere aos bens materiais, móveis e imóveis.

¹³ Diferentemente do observado em Goiabeiras, em Guarapari toda a produção e todas as relações políticas dos artesãos giram em torno da figura masculina; praticamente inexistem mulheres nesse ofício. Em conversas informais com alguns desses sujeitos, foi observado a autodenominação de “artesãos”, mesma denominação utilizada pelos homens que produzem panela de barro em Goiabeiras. Não é possível argumentar que o termo “artesão” segue a mesma lógica verificada em Goiabeiras, onde impera a recusa do termo “Paneleiro”. Esse termo não é benquisto entre os homens, pois, como argumentam, nos anos 1980-1990, em contato com turistas portugueses, perceberam que “paneleiro”, em Portugal, remetia a uma ideia de homossexualidade.

passaram a ser evocados nesse processo de distinção com relação aos Artesãos de Guarapari. Essa distinção logo passou a estruturar a demarcação de uma fronteira discursiva entre o “tradicional” e o “não-tradicional”, entre o “legítimo” e o “não-legítimo”, entre o “original” e a “cópia”, em suma, entre o “nós” e o “outro”.

Essa estrutura discursiva, inclusive, foi mobilizada em alguns trabalhos acadêmicos por T. C. F. A, então Superintendente da 6ª Sub-regional do IPHAN no Espírito Santo nos anos 1990¹⁴, contribuindo para a sedimentação da distinção com reflexos diretos no discurso de tradição do saber-fazer panela de barro em Goiabeiras-Velha:

A procura crescente pelo produto [panela de barro] vem estimulando sua imitação através de técnicas que incluem o emprego de torno e forno, buscando resguardar as semelhanças de cor e de forma, a preços mais competitivos, mas ao custo de menor resistência, de perda na eficiência e do rompimento com a tradição artesanal do modelo original. Ironicamente, essa concorrência só vem reafirmar o valor de referência das autênticas panelas de Goiabeiras (Abreu, 2001, p. 127).

A princípio, podemos entender que a imitação de um produto pode ser tomada como a reafirmação de seu valor de referência. Entretanto, no caso dos imitadores das panelas de Goiabeiras, além da diferença da matéria-prima – na medida em que utilizam outro barro e outro processo de coloração –, os ceramistas utilizam o torno e o forno [...] a cópia imperfeita – que na realidade só tem em comum com a original de Goiabeiras a forma e a cor – vale-se de intencional ambiguidade para atrair o turista comprador. Ao ser nomeada “panela de barro do Espírito Santo” dá a impressão, para os de fora do estado, de que se trata do produto típico, feito pelas paneleiras de Goiabeiras [...] o sucesso da venda da imitação prejudica o do produto tradicional. Mais uma vez se constata a importância da certificação de origem – com referência à localidade quando não à etnia – para informar a identidade do produto artesanal [...] (Abreu, 2005, p. 20).

A mesma estrutura discursiva pode ser observada por gestores. A entrevista com o então Subsecretário da Secretaria Municipal de Turismo, Trabalho e Renda da Prefeitura Municipal de Vitória foi exemplar:

O que a gente tem que fazer é a diferenciação [...] é comunicar para que as pessoas não sejam enganadas, achando que estão comprando uma panela lá, de Guarapari, achando que é a mesma panela de barro. Daqui a pouco pode quebrar, porque é diferente dessa que tem uma resistência única, por causa do procedimento de produção, no caso o processo de produção delas [Paneleiras de Goiabeiras] tem o tanino, tem o barro, que é único no mundo, e por aí vai [...] é só diferenciar, é só mostrar [que] aquilo ali [Guarapari] não é panela de barro, aquilo ali é panela de torno, usa barro, mas não é o mesmo barro, não tem o mesmo processo (F. R. C.,

¹⁴ Vale destacar que foi exatamente nesse período que tiveram início os estudos que, em 2002, culminariam com o registro do ofício das Paneleiras como patrimônio imaterial nacional, o primeiro bem cultural imaterial registrado no país.

Subsecretário da Secretaria Municipal de Turismo, Trabalho e Renda. Entrevista concedida no dia 19 de agosto de 2016).

Nesse processo de demarcação de uma *posição diferencial*, com apoio do discurso institucional-estatal, foi criado, nos anos 1990, um selo para atestar a origem e a “autenticidade” das panelas produzidas em Goiabeiras.

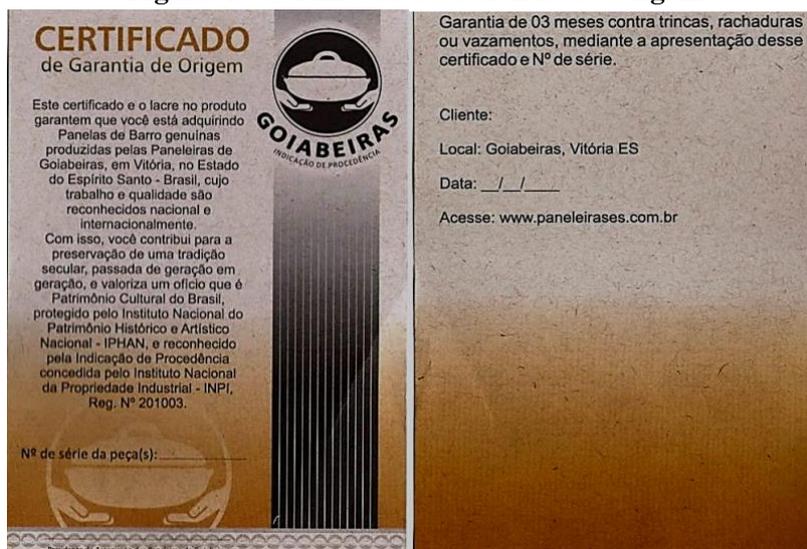
Figura 3 - Selo de autenticidade das panelas de barro produzidas em Goiabeiras¹⁵



Fonte: acervo do autor.

Como destaca Dias (2006, p. 100), o selo, como marca de “autenticidade cultural”, de algum modo representou, para as Panelas, “uma forma de negociar com o novo mercado, cada vez mais amplo e competitivo”. Uma nova “marca de procedência” foi criada recentemente. O “Certificado de Garantia de Origem”, destacado a seguir, foi encontrado junto a outros documentos que nos foram disponibilizados pela Associação das Panelas. Embora não tenha nenhuma identificação de qual órgão o produziu, a Diretoria da APG assegurou que foi o SEBRAE, mas não soube informar, com exatidão, o ano.

Figura 4 - Certificado de Garantia de Origem



Fonte: acervo do autor.

¹⁵ Destaque para a marca da Secretaria de Estado do Turismo, o que passa confiabilidade ao selo.

Ações como o selo e o “Certificado de Garantia de Origem” não estão relacionados apenas às questões inerentes à competição mercadológica. Elas envolvem, igualmente, uma dimensão simbólica, o “valor cultural”. Como destaca Dias:

O selo funciona como uma assinatura coletiva, como uma forma de se diferenciar e sinalizar a diferença para os [que] não as reconhecem. A partir daí o discurso da autenticidade veio reforçar a tradição recém-inventada; o selo é o registro oficial e publicamente reconhecido da tradição e esta não pode mais ser questionada (Dias, 2006, p. 100).

O “Certificado de Garantia de Origem” tem a mesma função: reforçar o discurso de autenticidade e sedimentar o discurso de tradição do saber-fazer panela de barro em Goiabeiras-Velha, sempre em relação a um “Outro”, a um sistema cultural distinto.

Em suma, a grande questão desde os anos 1980 não era apenas a distinção do produto, mas também os sujeitos e as tradições, e isso foi feito a partir da inscrição no território da tradição, isto é, Goiabeiras-Velha (Cf. Dias, 2006; Marques, 2020a), e pelas técnicas empregadas na produção nesse território, estruturando um discurso de tradição do saber-fazer panela de barro em Goiabeiras-Velha. Desde então, os sentidos que conformam esse discurso podem ser sistematizados da seguinte forma: *a panela capixaba tradicional, legítima, autêntica, reconhecida por instâncias estatais, é a panela produzida em Goiabeiras, com um barro típico, que não se encontra em nenhum outro lugar, fazendo uso de técnicas manuais, sem uso do torno e do forno; uma tradição secular, endêmica, que representa todo o estado do Espírito Santo.*

3.2 A presença do “Outro” e a supressão dos conflitos internos no processo de identificação

Até meados dos anos 1900, a região de Goiabeiras era uma área rural, isolada do restante da capital. Havia poucos núcleos familiares. A principal atividade econômica e de subsistência era a pesca, a cata de mariscos e a produção de panela de barro. Nesse período, a região carecia de infraestrutura urbana; a principal rota de locomoção dos sujeitos era o manguê, cortado por pequenas canoas, algo comum até os anos 1950-1960. A produção de panela de barro era transportada para o mercado da Vila Rubim, no centro de Vitória, pelas mesmas embarcações usadas na pesca. As casas apresentavam estrutura simples, com amplos quintais abertos, sem qualquer demarcação, como cercas ou muros (Mingo Jr., 2000; Dias, 2006; Simão, 2008).

Embora sempre destaquem as dificuldades relacionadas à infraestrutura, ao serem indagados sobre esse período, os sujeitos quase sempre se mostram orgulhosos em retratarem “Goiabeiras Velha”, núcleo inicial de ocupação da região hoje conhecida como bairro de Goiabeiras, como uma região pacata, marcada por uma vida simples, embalada pelo ritmo da maré, da cata de marisco e da produção de panela de barro. Como fazem questão de ressaltar, em Goiabeiras-Velha todos se conheciam. Ao narrarem as relações estabelecidas no local, fica claro, ainda mais se considerarmos o contexto até os anos 1980, tratar-se de uma comunidade marcada por relações sociais sedimentadas em laços parentais e intrafamiliares, com casamentos entre núcleos familiares distintos, levando a uma noção de família ampla. Isso é ainda mais esclarecedor ao percebermos

que ao todo são cerca de 10 famílias ampliadas que mantêm o saber-fazer panela de barro em Goiabeiras.

Contudo, a partir dos anos 1950-1960, a realidade das famílias de Goiabeiras começou a mudar. Naquele momento, a capital Vitória passou a conviver com uma série de investimentos públicos e privados que dariam novos contornos à cidade. Paulatinamente, a então vila de pescadores e Paneleiras, passou a receber novos fluxos populacionais e sentiu os reflexos da expansão e dos novos investimentos da região. Como destaca Costa (*apud* Dias, 2006), no ano de 1960, o distrito de Goiabeiras apresentava uma população de 1.402 habitantes, já em meados de 1980 esse número subiu para 65.089 habitantes. No mesmo período, a população de Vitória passou dos 83.840 para 149.984 habitantes. Goiabeiras chegaria aos anos 1980-90 completamente modificada em relação às três décadas anteriores (Dias, 2006; Dossiê, 2006; Simão, 2008).

Especificamente com relação à estrutura produtiva das Paneleiras, antes da construção do primeiro Galpão, que ocorreu entre os anos de 1987 e 1988, logo após a construção da APG, os processos de produção e de comercialização das peças cerâmicas ocorriam no próprio ambiente residencial das Paneleiras, nos amplos quintais de suas casas. A produção, em grande medida, seguia o ritmo dos afares domésticos, e a relação com os clientes ocorria de forma mais intimista, marcada por maior fidelidade. Naquele contexto pré-Galpão, os quintais, como bem observa Simão (2008, p. 168), possuíam uma função no sistema local que extrapolava a ideia de “local de trabalho”. Os quintais eram, antes de tudo, “lugares de produção de sociabilidade, de extensão e de ajuda mútua, que muito contribui para a compreensão das relações sociais de produção dessa localidade”.

Todavia, com as modificações em curso desde os anos 1950-60, aos poucos os quintais foram pressionados pelo avanço imobiliário. Além disso, na medida em que os núcleos familiares das Paneleiras aumentavam, exigindo a construção de novas residências e/ou de “puxadinhos”, os quintais eram reduzidos. Paralelamente a esse processo, verificou-se, a partir de finais dos anos 1980, um aumento da demanda por panelas de barro, impulsionado pelo crescimento do fluxo de consumidores diretos e de turistas na região de Goiabeiras (Dias, 2006; Nicole *et al.*, 2012; Marques e Caloti, 2013).

Diante das novas dificuldades, as Paneleiras passaram a se organizar e a reivindicar um local coletivo que permitisse manterem-se ativas em seu fazer. Ao lado do receio do acesso ao barreiro diante das pretensões do Governo-CESAN, essa foi a principal reivindicação das artesãs durante o processo de criação da APG. No ano seguinte à criação da Associação, as Paneleiras, apoiadas pela municipalidade de Vitória, conseguiram seu primeiro Galpão. Na década seguinte, foi construído o segundo Galpão, provisório, até que o mais recente e definitivo fosse construído, o que ocorreu somente em novembro de 2011.

Figura 5 - Galpão provisório da APG (2009)



Fonte: acervo do autor.

Figura 6 - Atual Galpão da APG (2018)



Fonte: Acervo do autor.

Mas novos problemas surgiram com a construção do Galpão. Se, por um lado, muitas Panelleiras passaram a contar com um novo local de trabalho, por outro, o Galpão, desde a sua primeira estrutura, não comportava todas as artesãs. Vale também destacar que algumas Panelleiras, sobretudo as mais idosas, não se adaptaram às novas dinâmicas emergidas com o Galpão. Embora o deslocamento das Panelleiras para o Galpão tenha sido um processo de mudança gradual, trabalhar no Galpão representou uma nova realidade; passou a significar uma transformação de um ofício exercido ao longo dos anos em ambiente familiar, que seguia o tempo dos afazeres domésticos, o cuidado dos filhos, a “entrejuda”¹⁶, para uma realidade com dimensão institucional, marcada por

¹⁶ A “entrejuda”, termo apresentado por Simão (2008), indica a existência de redes de ajuda mútua entre as Panelleiras em diferentes etapas do processo produtivo. Como destaca a autora, “era frequente a ajuda na fogueira entre as comadres, irmãs, sobrinhas e filhas, configurando formas de solidariedade bastante eficientes para as dinâmicas do trabalho desses grupos familiares. Após a queima e o açoite das peças, etapas finais de todo o processo, as mulheres

questões administrativas que antes não faziam parte da realidade da maioria dos sujeitos (Dias, 2006; Simão, 2008; Camiletti, 2012). Devido a isso, algumas paneleiras retornaram para os espaços domésticos de produção, mesmo com todas as limitações do espaço físico.

Além disso, é preciso destacar outro problema. A construção do Galpão acabou concentrando as ações estatais e midiáticas exclusivamente neste espaço, o qual também passou a cumprir uma função turística. Esse processo potencializou a emergência de uma distinção entre o grupo social. De um lado, as “Paneleiras do Galpão”, de outro, isoladas das ações do Estado, distantes do destaque da mídia local, o que tem reflexos diretos na esfera econômica, encontram-se as “Paneleiras de fundo de quintal” – esse termo, vale destacar, é comumente usado pelas Paneleiras do Galpão para se referirem às Paneleiras que trabalham em suas residências. Contudo, algumas Paneleiras não aceitam a denominação, uma vez que pode evidenciar um caráter pejorativo, fazendo alusão a algo feito sem critério, sem qualidade. Diante disso, tem sido mais comum o termo “Paneleiras de Quintais” ou “Paneleiras Residenciais”.

Para uma adequada compreensão da relação ao conflito interno, entre “Paneleiras do Galpão” e as “Paneleiras de Quintais”, é preciso se atentar à forma como estas significam suas relações com as “Paneleiras do Galpão”, especificamente as relações que perpassam sua atividade profissional.

Como criticam, as “Paneleiras do Galpão” estão em uma posição política e econômica de vantagem em relação a elas. Isso porque, por um lado, o Galpão da APG goza de destaque turístico que os quintais não possuem devido à falta de ações dos poderes públicos e da mídia local no sentido de conferir visibilidade à sua existência. Por outro, há um posicionamento privilegiado das “Paneleiras do Galpão” nas relações políticas com órgãos públicos, uma vez que, por falta de uma visão mais abrangente do patrimônio por parte de gestões públicas locais, essas questões historicamente ficaram limitadas ao espaço do Galpão¹⁷. Como argumentam:

Atrapalha por isso... Porque lá [produção do Galpão] é divulgada na internet. A nossa não é. Então as pessoas querem ver o Galpão, ver eles fazendo, ver aquele monte de panela lá... Eles [turistas e compradores] acham que é mais valorizado de que a nossa. Sendo que é a mesma coisa de nós que trabalhamos nas casas. É o mesmo produto. O jeito de trabalhar, o jeito de queimar é tudo a mesma coisa de lá. Mas não é divulgado, aí eles acham que a de lá é melhor [...] elas vêm olhar nossas panelas... “Ah, mas eu queria mesmo é conhecer o Galpão... Eu vou lá conhecer depois eu venho comprar”. Se já tá aqui, eles vai lá e vai vir comprar aqui, num vai, né? [...]. Quando [o Galpão] recebe uma encomenda grande... Que lá recebe encomendas, né... Apesar da crise, sempre eles tão recebendo encomendas, é... Se

lavavam suas mãos em uma grande bacia de alumínio, refrescando-se depois de enfrentarem o calor da fogueira e a “dona das panelas” servia um café com polenta para as paneleiras ajudantes de fogueira. Nesse momento eram reafirmados os compromissos de entreaajuda, quando as outras paneleiras fossem queimar em seus quintais” (Simão, 2008, p. 190). Como se percebe, a “entreaajuda” se baseava em relações de solidariedade, reciprocidade e confiança interpessoal. Ao ajudar uma vizinha, amiga ou familiar já se esperava que, em oportunidade futura, também recebesse ajuda. Com a construção do Galpão e a estruturação de novas relações entre os sujeitos, marcada por maior competitividade, essa rede de ajuda mútua sofreu um processo de enfraquecimento. Conferir também Marques, Rodrigues e Fukuda (2021).

¹⁷ Em minha última atividade de campo, realizada no ano de 2019, conversei com algumas “Paneleiras de Quintais” sobre uma placa confeccionada pelo IPHAN que encontrei na entrada de um dos quintais. Tratava-se de uma indicação de que naquele lugar se fabricava panelas de barro. Fui informado de que se tratava de uma ação que fazia parte do processo de Revalidação do Ofício das Paneleiras, mas que se limitava a isso, uma simples identificação.

chegar uma encomenda grande, eles dividem só lá [entre as Paneleiras do Galpão¹⁸] (M. C. S., Paneleira de Quintal, 59 anos. Entrevista cedida no dia 29 de fevereiro de 2016).

A gente aqui nem se mete muito, porque eles [Paneleiras do Galpão] não chamam a gente pra... Eles só convocam bem as [Paneleiras] de fora [do Galpão] quando o negócio tá pegando lá feio. Aí eles vêm convocar a gente [...], mas quando for coisa que vem a favorecer eles, eles não vêm aqui avisar nada. Eles ficam tudo por baixo dos panos [...]. Igual esse final de semana agora, carnaval, não apareceu uma viva alma aqui pra comprar uma panela [...]. Lá na Associação eles trabalham... Ali é que é o ponto turístico, é o que é mais divulgado, né, mãe? [...]. Ali é o ponto turístico, é o que é divulgado... Eles não falam, como você já viu, não comentam das paneleiras de casa... Então, geralmente o turista só vai ali, direto. E aqui, a gente... Aparece no por acaso... Passa um carro aí... Vê uma placa, até vem pensando que a Associação é aqui. Aí chega aqui, tem umas que acho que já vem entendido, compra aqui. Tem outros que, “não, eu tô querendo é a Associação”. Aí eu falo: “Associação, cê desce aqui, vai assim, assim e cê vai chegar lá. Aqui nós somos um dos pontos da Associação de venda”. E aqueles que você fala, ainda entendem, “ah não, então vamo comprar aqui mesmo”. Mas é um pouco difícil, que aí já tem uns que acham que a gente são uns pontos clandestinos, aonde não compra aqui (J. B., Paneleira de Quintal, 51 anos e M. C. G. B., Paneleira-de-Quintal, 86 anos. Entrevista cedida no dia 10 de fevereiro de 2016).

Ao serem indagadas sobre as relações com órgãos públicos e sobre a divulgação do trabalho das “Paneleiras de Quintais” – e o que poderia ser feito para melhorar a divulgação –, novamente percebemos a posição ocupada por essas artesãs em relação aos sujeitos do Galpão:

A prefeitura já ajudou muitas Paneleiras... lá do Galpão. Elas primeiro. Eles [Prefeitura] deram um tratorzinho pra quem tivesse alguém da família que soubesse dirigir, podia ir lá no barreiro, trazer o barro pra casa, mas só para eles do Galpão (M. C. G. B., Paneleira de Quintal, 86 anos. Entrevista cedida no dia 10 de fevereiro de 2016).

Eu acho que é mais uma indicação pra que o turista pudesse chegar e saber que existe nós aqui [...]. Sobre as nossas panelas, né [...]. Começaria também da própria Associação... Que isso aí eles não fazem por momento algum (J. B., Paneleira de Quintal, 51 anos. Entrevista cedida no dia 10 de fevereiro de 2016).

[...] a única coisa que a gente tem do Galpão é... a única coisa que a gente tem é algumas receitas [de moqueca] e algumas sacolas [sacolas decoradas para embrulhar as panelas no ato da venda], mais nada! [...] Falta reconhecimento. Eles não têm consciência, e por isso chamam a gente de fundo de quintal. Como [se] a

¹⁸ Essa é uma prática comum. Dependendo do volume de encomenda e do prazo estipulado pelo comprador, a Paneleira, sozinha, não consegue atender. Daí ela “terceiriza” parte da produção para poder entregar a encomenda dentro do prazo. Até onde pude perceber, apesar de ocorrer, raramente essa “terceirização” se direciona às Paneleiras de Quintais.

gente não fosse nada (M. C. S., Paneleira de Quintal, 59 anos. Entrevista cedida no dia 29 de fevereiro de 2016).

É... mais divulgação na residência [...]. Por exemplo, é... Se tá lá no Galpão, faz um mapa com o nome das ruas, as casas com número de telefone e o nome das pessoas... Seria uma boa! Isso eu venho falando, né... Placa de divulgação nossa (S. R., Paneleira de Quintal, 58 anos. Entrevista cedida no dia 17 de fevereiro de 2016).

A dimensão conflitiva ganha ainda mais força quando indagadas sobre o termo “Panelleiras de fundo de quintal”. Fica evidente, na maioria dos casos, que o termo não é benquisto pelas artesãs que mantêm sua produção no ambiente residencial:

Uai... É... Foi o pessoal do Galpão que batizou nós por fundo de quintal. As presidentes [...]. Fundo de quintal é lixo... Eu conheço por lixo. Não gosto [...]. Isso aí é coisa deles! (M. C. S., Paneleira de Quintal, 59 anos. Entrevista cedida no dia 29 de fevereiro de 2016).

Antigamente eles botavam “fundo de quintal”. Eu achava isso horrível. Nós nunca... Panelleira que trabalha em casa, nós nunca trabalhamos em fundo de quintal. Nunca! Então botaram isso, pesquisa deles lá... Não fizeram com as panelleiras residentes. Aí eu ficava... achava horrível. Quando eles faziam as entrevistas, a “panelleira fundo de quintal”... Eu falei: “a gente não é fundo de...” Eu sempre debati isso... Porque se a gente fosse fundo de quintal, tava fazendo uma coisa clandestina [...]. Nós somos registradas, nós pagamos [taxa de associação da APG], nós temos todo o direito, tem carteirinha, tem tudo. Por que fundo de quintal? Isso é ridículo. Nós num tão fazendo nada de errado. É livre... Nunca foi fundo, sempre foi frente [em todas as casas observadas, os quintais estão voltados para a rua: “de frente para a rua”] [...] aí eu reuni, vi o pessoal do Evandro [um dos membros da atual Diretoria], Sebrae, um monte de troço, aí eu falei... “não é Panelleira de fundo de quintal, não!” (S. R., Panelleira de Quintal, 58 anos. Entrevista cedida no dia 17 de fevereiro de 2016).

Os conflitos, contudo, limitam-se à dimensão política e econômica. Em nenhum momento, de nenhum dos dois lados, há questionamentos sobre o *saber-fazer* ou a respeito da qualidade do produto. Sempre que indagadas sobre essas questões, todas são enfáticas ao afirmarem se tratar do mesmo produto, das mesmas técnicas, da mesma qualidade, da mesma tradição.

A diferenciação negativada, de ambos os lados (“Panelleiras do Galpão” e “Panelleiras de Quintal”), só ocorre em relação aos demais núcleos produtores, especificamente com relação aos Artesãos de Guarapari. Diante da presença do “Outro”, os conflitos “internos” entre as Goiabeiras são ocultados. Quando as “Panelleiras do Galpão” e “Panelleiras de Quintais” se deparam com a presença simbólica dos Artesãos de Guarapari, o discurso que emerge é o das Panelleiras de Goiabeiras-Velha, sempre a partir de um corte discursivo em relação ao “Outro”. Vejamos, novamente, os sentidos mobilizados pelas “Panelleiras do Galpão” em relação aos Artesãos de Guarapari:

[...] quem olha pra panela deles, é linda, maravilhosa, pretinha, redondinha, mas tem uma diferença, o barro deles, eles usam outro produto pra misturar no barro deles, não é o nosso legítimo barro, que nós, o nosso barro, é barro e água, deles tem produto que eles misturam no barro, o barro deles é peneirado, passado em máquina, feito em torno e queimado em forno [...]. [A forma de fazer] não é manual não, é industrializado, feito em torno [...] tem gente que fala: “[a nossa] é manual... que eles usam a mão”. Uai, mas eles têm uma roda que roda lá [torno], é só botar mão, passar e faz a panela, a nossa não é assim não! A nossa põe aquele carinho, segurando o barro, botando a mão do lado, passando a cuia, tem vários processos, enquanto nós fazemos uma panela, eles fazem vinte na máquina deles [torno], e queimam em forno, e o nosso processo de queima em ar livre [...] e a panela do torno ela é enfumaçada com aroeira, às vezes até pedaço de pneu de carro¹⁹ pra ela poder ficar preta... dizem [que] quem compra aquela panela de torno de Guarapari reclama que a panela tá amargando, a panela tá espumando, aí a gente pergunta: “mas vocês compraram onde? “Comprei na estrada” [Rodovia do Sol – acesso a Guarapari], pois é, mas a legítima é de Goiabeiras” [...] a tradicional é de Goiabeiras (B. C. N., Paneleira, 58 anos. Entrevista cedida no dia 29 de fevereiro de 2016).

Porque não pode fazer panela de torno e eles passando como se fosse de Goiabeiras. Eles eram associados, tirava barro e tudo, o barro deles era o do nosso e eles foram cortados também do barreiro [...]. Eles faziam, mas como a panela de Goiabeiras é feita na mão, não pode ser de torno, entrou até um... conversaram com eles para eles fazerem na mão, eles não aceitaram e eles foram cortados. E o barro deles é diferente do nosso, não é do nosso barreiro, entendeu? Não é o mesmo não! E eles fazem no torno, na máquina! Já nós fazemos tudo na mão, a legítima... a panela mesmo é a legítima, que foi... que foi descoberta aqui em Goiabeiras mesmo. E a deles não, eles são aquele pessoal que vieram do Norte²⁰, Pernambuco (E. A. C., Paneleira, 63 anos. Entrevista cedida no dia 17 de fevereiro de 2016).

A forma de eles fazerem, eles fazem com uma maquinazinha [torno] e a gente faz com os músculos. Eles fazem com aquela máquina... O torno, e vai apertando o pezinho né, e vai ajeitando com os dedinhos. Aquilo dali também cansa, dedo cansa, mas o trabalho deles é totalmente diferente da gente [...] pra quem não conhece, fala que é barro, aí pensa que é a mesma coisa, mas não é, a daqui que é a original, que aguenta a temperatura do fogo. E lá não! É tirar do alumínio e colocar na panela de barro deles (E. F. C., Paneleira, 53 anos. Entrevista cedida no dia 24 de fevereiro de 2016).

Na verdade, as panelas deles são industrializadas, isso aqui é uma tradição que existe há mais de quatrocentos anos, que não pode ser mudada na área da forma de

¹⁹ Durante as minhas pesquisas de campo, visitei todos os núcleos produtores de panela de barro conhecidos nos Espíritos Santo. Em nenhum deles encontrei vestígios de utilização de pneu no processo de queima. Especialmente em Guarapari, fui a todas as unidades de produção, grandes, médias e pequenas, e não observei esses indícios. Se essa prática realmente ocorreu algum dia, ficou restrita às décadas anteriores.

²⁰ Referindo-se, na verdade, ao nordeste brasileiro.

fazer, a gente queima ao ar livre, eles queimam em forno, eles fazem na máquina, a gente faz na mão (L. J. S., Paneleira, 41 anos. Entrevista cedida no dia 22 de fevereiro).

O mesmo discurso de “originalidade”, “legitimidade”, “tradicionalidade”, “autenticidade” face ao “não-original”, ao “não-legítimo”, ao “não-tradicional”, ao “não-autêntico”, sempre em relação a um “Outro” comum, isto é, aos Artesãos de Guarapari, também é percebido quando analisamos os discursos das “Paneleiras de Quintais”:

Foi horrível... Nessa época de noventa, mais ou menos... Então, a venda aqui caiu porque as pessoas não conheciam a panela de barro, não sabiam diferenciar a manual com a de torno [...] até porque eles [Artesãos de Guarapari] tavam usando o nosso nome, dizendo que as panela era de Goiabeiras (J. B., Paneleira, 51 anos. Entrevista cedida no dia 10 de fevereiro de 2016).

Aquela panela lá é feita no torno. É um torno que eles têm. Aí, é... Tem uma pessoa que vai fazendo as bolas e colocando lá... Uma pessoa, um homem, só fazendo panela, eles fazem mil e quinhentas panelas por dia lá, né [...]. Aí, é... Eles já tiram elas lisinhas... Eles passam um negócio nelas e já tira ela lisinha... Aí, eles acabam, terminam ela, deixa secar e tem uma casona [forno de queima]... Do tipo essa sala aqui... Aí eles vão colocando... Uma camada de pneu, uma camada de panela, uma camada de pó de serra... Uma camada de pneu, uma camada de panela, uma camada de pó de serra... Aí, quando enche tudo na casa [forno], eles põem o fogo, fecha a porta... Aí aquela fumaça do pneu e do pó de serra vai rodando nela... Pra cê ver, ela é pretinha [...]. Vai rodando nela... Aí, no outro dia, só abre a porta e bate as cinzas dela e põe lá nas barraquinhas e fala que é panela de Goiabeiras, mas não é queimada igual a nossa. Porque a nossa, no nosso tanino... Isso é remédio... E o deles lá é tóxico... Que é pneu e pó de serra... Eles não pegam esse calorão que nós pegamos aqui pra queimar panela... Cê vê Sônia ali se matando... Eles num faz isso... A deles não é com tinta do mar [manguezal] [...]. Não [é barro] é terra... É uma terra vermelha [...] é podre. É de barro podre. Num é barro, é terra mesmo [...]. Aquela lá [de Guarapari] é cópia e de terra. Num vale nada (M. C. S., Paneleira, 59 anos. Entrevista cedida no dia 29 de fevereiro de 2016).

A diferença é que aqui a gente queima com madeira, a tinta, área livre... Lá [Guarapari] é a máquina que faz, bota no forno que faz carvão, coloca pó de serra, pneu [...]. Aí eles vão e colocam de um dia pro outro, aí tira e limpa e bota lá... Por isso que elas são lindas e maravilhosas, mas, em compensação, dá problema na saúde e a comida sai preta [...]. [Tem dois tipos de panelas] a de torno e a verdadeira panela, manual. Mão e máquina. As [feitas à] mão que são a nossa (S. R., Paneleira, 58 anos. Entrevista cedida no dia 17 de fevereiro de 2016).

É nesse sentido que tenho sustentado a hipótese de que o *processo de identificação* dos sujeitos como Paneleiras de Goiabeiras-Velha, o que também envolve a relação com o *exterior constitutivo*, isto é, os Artesãos de Guarapari, exerce um efeito de “ocultamento” dos conflitos internos entre as “Paneleiras do Galpão” e as “Paneleiras de Quintais”. No posicionamento

discursivo em relação aos Artesãos de Guarapari, sobressai a unidade discursiva de Paneleiras de Goiabeiras-Velha.

4 Considerações

Corroborando a assertiva de Dias (2006, p. 24), “ser Paneleira significa ocupar um determinado lugar na sociedade, lugar que não existia *a priori*, mas que foi construído pelos sujeitos que o ocupam”. Esse lugar é seu destaque na cultura local, envolvendo não só a capital Vitória, mas todo o estado do Espírito Santo, o que também tem impactos diretos no mercado cultural local de panela de barro (Marques e Caloti, 2013). Discursivamente construída, essa posição pode ser lida da seguinte forma: *esse lugar na sociedade capixaba é ser Paneleira, mas não de qualquer região, é ser Paneleira de Goiabeiras-Velha, onde se produz a tradicional panela de barro capixaba, utilizando um barro típico, que não se encontra em nenhum outro lugar, fazendo uso de técnicas manuais, sem uso do torno e do forno; uma tradição secular, endêmica, que representa todo o estado do Espírito Santo.*

Nessa luta por sua posição de destaque face aos demais núcleos produtores, hoje ser Paneleira também significa ser sujeito de uma tradição reconhecida e legitimada pelo conjunto da sociedade local e por instâncias estatais e privadas. Ainda que seja possível concordar que as Paneleiras não têm um conhecimento técnico sobre os significados simbólicos do seu *saber-fazer*, como os significados do Registro do Ofício das Paneleiras como Patrimônio Imaterial do Brasil, conferido pelo IPHAN no ano de 2002 (Cf. Dias, 2006), os sujeitos têm ciência de que sua atividade e seu produto são um dos principais elementos da cultura capixaba e do Brasil e, portanto, reconhecem sua relevância cultural e turística:

[O bairro de Goiabeiras] num era conhecido assim não, como bairro das Paneleiras; agora, hoje aqui qualquer um que quer vir em Goiabeiras fala: “não, quero ir no bairro das Paneleiras”. É um cartão postal nosso aqui, é o bairro das Paneleiras, conhecido como bairro das Paneleiras; uns turistas vêm aqui, se cabô as Paneleiras aqui em Goiabeiras, cabô Goiabeiras [...] eu acho começando mais pela prefeitura de Vitória, e governo do Estado, porque quando nós saímos pra vender panela fora, mesmo porque nós vamos com nosso dinheiro, pagando ônibus pra nos levar ou pagando carro pra levar, nós tamos carregando o quê, Vitória nas nossas costas e o Espírito Santo, tá; nós falamos do estado e falamos da Prefeitura, nós não chegamos lá, não vamo falar primeiro do IPHAN, não vamo falar do SEBRAE, a gente tá levando Vitória, Espírito Santo que a gente tá levando, mas jamais em entrevista a gente vai deixar de falar do IPHAN nem do SEBRAE, a gente fala do IPHAN e do SEBRAE que são os parceiros grandes que nós temos (B. C. N., Paneleira, 58 anos. Entrevista cedida no dia 29 de fevereiro de 2016).

[...] todo lugar que você vai eles falam das Paneleiras. Você viu ontem os turistas aqui ontem? Você me viu na televisão? Queimando panela...Pois é... isso aí é o reconhecimento, entendeu? Isso aí, eles [órgãos públicos] podiam trabalhar em cima disso aí, até eles mesmos iam ganhar, entendeu? [...]. Ah... eles divulgando, entendeu? Ia vir mais turistas pro estado [...]. Cultura, entendeu? Eles não estão

sabendo trabalhar também não (L. L. V., Paneleira, 45 anos. Entrevista cedida no dia 04 de fevereiro de 2016).

É porque eles [órgãos públicos] sabem que quando a gente sai daqui pra fora, divulga o local... o estado [...]. A maioria das pessoas que você vê que vêm aqui, vêm direto nas Paneleiras, nas desfiadeiras, na Chocolates Garoto, são as referências do estado: “ah, tem que passar lá, mesmo que eu não vá comprar tenho que passar lá para conhecer” [...]. Vem gente do Canadá, vem gente dos Estados Unidos... da Flórida... vem de um monte de lugar... de Portugal (V. V. L., Paneleira, 52 anos. Entrevista cedida no dia 04 de março de 2016).

Retomando Sahlins (1997, p. 136), “a defesa da tradição implica alguma consciência; a consciência da tradição implica alguma invenção; a invenção da tradição implica alguma tradição”. Nesse processo de (re)significação cultural, que perpassa o antagonismo com o Governo-CESAN, a demarcação de uma posição diferencial com relação aos Artesãos de Guarapari e, nesse processo, a evocação de Goiabeiras-Velha como território da tradição (Cf. Marques, 2020a), os sujeitos tomaram ciência de sua relevância no contexto cultural local, e mesmo nacional, passando a se identificarem como Paneleiras de Goiabeiras-Velha e, assim, inscreveram discursivamente seu lugar na cultura e na política capixaba.

Referências

- ABREU, Carol. Ofício de paneleira: conhecimento, reconhecimento e permanência. In: FALCÃO, Andréa (Org.). *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005.
- ABREU, Carol. Panela, caldeirão e frigideira: o ofício das paneleiras de Goiabeiras. *Revista Tempo Brasileiro*, n. 147, p. 123-8, 2001.
- AGUIAR, Maciel de. *Dona Antônia Paneleira*. São Mateus: Memorial, 2007.
- BAPTISTA, Jussara. *Flores do Pântano: Histórias erguidas sobre o mangue de São Torquato*. Vila Velha: [s.n.], 2011.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CAMILETTI, Giovana Gava. Modernidade e Tradição em Anthony Giddens: um Olhar sobre os Estilos de Vida nas Paneleiras de Goiabeiras. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social – RIGS*, v. 1, n. 2, p. 165-188, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10067/7200>. Acesso em: 31 maio 2016.
- DIAS, Carla. *Panela de Barro Preta: a tradição das Paneleiras de Goiabeiras, Vitória - ES*. Rio de Janeiro: Mauad X/Facitec, 2006.
- DOSSIÊ IPHAN 3. *Ofício Das Paneleiras De Goiabeiras*. Distrito Federal: IPHAN, 2006.

GOVERNO do Estado do Espírito Santo. *Decreto n. 3690-E, de 25 de janeiro de 1988*. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação área de terra destinada à implantação de Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 26 jan. 1988.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IPHAN. *Relatório Técnico: Ofício das Paneleiras, vistoria técnica para conhecimento das Paneleiras de Viana n. 001/2010*. Vitória: IPHAN, 2010.

LACLAU, Ernesto. Antagonismo, subjetividad y política. In: LACLAU, Ernesto. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2014.

LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

MARQUES, Marcelo de S. As Paneleiras de Goiabeiras Velha: Uma análise discursiva do processo de construção do Território da Tradição. *Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia – RBS*, v. 8, n. 18, p. 212-238, 2020a. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/521/pdf_60. Acesso em: 02 jun. 2021.

MARQUES, Marcelo de S. Status Ontológico da Teoria do Discurso (TD) em Laclau e Mouffe: Diálogos, Perspectivas Teóricas e Conceitos Básicos. *DADOS*, v. 63, n. 2, p. 1-33, 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582020211>. Acesso em: 02 jun. 2021.

MARQUES, Marcelo de S. *A [política da] arte de fazer a panela de barro: Processo de identificação e a sedimentação do discurso-da-tradição-do-saber-fazer-panela-de-barro-em-Goiabeiras-Velha, Vitória-ES*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, 2017.

MARQUES, Marcelo de S.; CALOTI, Vinicius A. As Paneleiras de Goiabeiras e a Dinâmica da Cultura do Barro. *Sociologia*, v. XXVI, p. 163-185, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/soc/v26/v26a08.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MARQUES, Marcelo de S.; RODRIGUES, Luiz H.; FUKUDA, Rachel F. A Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG): elementos para compreender o capital social e a cultura política. *Simbiótica*, 2021 [no prelo].

MINGO JR., Nilo de. *Goiabeiras*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

MOUFFE, Chantal. *La paradoja democrática: El pligro del consenso en la política contemporánea*. Barcelona: Gedisa, 2012.

MOUFFE, Chantal. *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

NICOLE, Braz C. et al. A. As paneleiras de Goiabeiras e a arte de fazer panela de barro: Ensaio etnográfico sobre a cultura do barro. *Simbiótica*, v. 1, n. 1, p. 16-52, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/simbiotica/article/view/4524>. Acesso em: 15 fev. 2021.

PEROTA, Celso; BELING NETO, Roberto A.; DOXSEY, Jaime Roy. *Paneleiras de Goiabeiras*.

Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). *Mana*, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2442.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1974.

SIMÃO, Lucieni M. *A semântica do intangível: considerações sobre o Registro do ofício das Paneleiras do Espírito Santo*, 2008. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2008.

STATEN, Henry. *Wittgenstein and Derrida*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1984.

Artigo recebido em: Fevereiro/2021

Aprovado em: Maio/2021

Marcelo Souza Marques (marcelo.marques.cso@gmail.com) é Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor Substituto do Instituto Federal do Espírito Santo.

As Paneleiras de Goiabeiras Velha e o “Outro” no processo de identificação dos sujeitos

Resumo. A produção de artefatos cerâmicos em Goiabeiras, região central de Vitória, capital do Espírito Santo, Brasil, é de longa data. Trata-se de uma tradição indígena, cujos primeiros registros datam de 1815. Contudo, a partir de meados do século XX, artesãos do nordeste brasileiro passaram a se instalar no estado, dando origem a novos núcleos produtores. Entre os novos polos ceramistas, os Artesãos de Guarapari, migrantes pernambucanos, foram os que conseguiram se destacar na concorrência com as Artesãs de Goiabeiras. Tendo em vista esse contexto, o presente estudo tem como objetivo central compreender o *processo de identificação* das artesãs como Paneleiras de Goiabeiras-Velha. A hipótese sustenta que esse processo discursivo, além de envolver a construção discursiva de Goiabeiras-Velha como território da tradição, abarca a demarcação de uma *posição diferencial* em relação aos Artesãos de Guarapari.

Palavras-chave: Paneleiras de Goiabeiras-Velha; Processo de Identificação; Invenção da Tradição; Discurso.

The Paneleiras of Goiabeiras Velha and the “Other” in the subject identification process

Abstract. The production of ceramic artifacts in Goiabeiras, central region of Vitória, capital of Espírito Santo, Brazil is longstanding. This is an indigenous tradition, whose first records date from 1815. However, from the mid-twentieth century, artisans from the northeast of Brazil began to also settle in the state, giving rise to new production centers. Among the new ceramist poles, the artisans in the city of Guarapari, migrants from Pernambuco state, were the ones who were able to stand out

in competition with the Artisans of Goiabeiras. Given this context, the present study aims to understand *the process of identifying* the artisans as Paneleiras-de-Goiabeiras-Velha. Our hypothesis holds that this discursive process, besides involving the discursive construction of Goiabeiras-Velha as a territory of tradition, embraces the construction of a *differential position* in relation to Guarapari artisans.

Keywords: Paneleiras de Goiabeiras-Velha; Identification Process; Invention of Tradition; Discourse.